	Ministério dos Transportes	folha n.º 1/ 10
	Assunto: Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.	
Outros dados: Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).		

Senhores membros da Câmara Técnica de Análise de Projetos - CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH,

Apresento-lhes as alterações que julgo necessárias ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, como abaixo mostrado:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

~~*Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água.*~~

Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição hidroviária de níveis, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água, e institui o planejamento integrado entre a geração hidrelétrica e a navegação.

O Congresso Nacional decreta:

~~Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.~~

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água, e sobre o planejamento integrado entre a geração hidrelétrica e a navegação.

1. Justificativa da alteração da redação do artigo 1º:

Considerando que de todos os usos da água apenas a geração hidrelétrica e a navegação, ambos usos não consumptivos de recursos hídricos por excelência, se interessam por desníveis, este por profundidades e aquele por potencial hidráulico. Os demais usos da água só se interessam por quantidade e qualidade da água;

**Assunto:**

Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Outros dados:

Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).

Considerando que dos diversos usos da água apenas a geração hidroelétrica e a navegação têm obrigatoriamente componentes no corpo das barragens de cursos d'água ou componentes que perpassam seus eixos; observa-se que a racionalidade aponta para o planejamento integrado da partição de quedas de uma bacia hidrográfica, entre o setor hidroenergético e a navegação.

O planejamento integrado entre a geração hidrelétrica e a navegação, no entanto, não deve se restringir à partição de quedas. Há que se definir integradamente o arranjo geral do barramento (a melhor localização da casa de força, do vertedouro, das obras de transposição hidroviária de níveis etc.), de tal sorte que o conjunto de seus componentes seja o ótimo.

A sinergia do planejamento integrado entre a navegação e a geração hidrelétrica também definirá a seqüência de implantação de barramentos, hoje ditada apenas pelo menor custo do quilowatt-hora.

Outrossim, não é demais lembrar que o planejamento integrado entre a navegação e a geração hidrelétrica é recomendação expressa do CNRH, por intermédio de sua Moção n.º 8, de 20 de dezembro de 2001.

~~Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:~~

~~"Art. 1º~~

~~§ 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis." (NR)~~


Art. 2º - O planejamento do aproveitamento dos potenciais hidráulicos far-se-á de forma integrada com o planejamento da infraestrutura da navegação interior federal.

§ 1º - O parágrafo 3º do artigo 5º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º Considera-se "aproveitamento ótimo", todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento; arranjo físico geral otimizado, incluindo eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis; melhores níveis d'água operativos, considerando a geração hidrelétrica e a navegação interior federal; reservatório; e potência; integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica (NR)."

§ 2º - Ficam introduzidos na Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, o § 4º do artigo 5º e o artigo 8-A, com as seguintes redações:

"§ 4º - a divisão de quedas de que trata o parágrafo anterior deve se basear em inventário de toda a bacia hidrográfica em que se inserir o aproveitamento de potencial hidráulico, considerando a geração hidrelétrica e a navegação interior federal de forma integrada e objetivando o desenvolvimento sustentável.

	Ministério dos Transportes	folha n.º 3/ 10
	Assunto: Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.	
	Outros dados: Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).	

Art. 8-A – Aplicam –se a todo e qualquer aproveitamento de potencial hidráulico o dispostos nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 5º desta lei.”

§ 3º - O planejamento integrado de que trata este artigo gerará um programa de ação integrada para cada bacia hidrográfica, contendo, dentre outros:

- a) plano de definição das embarcações-tipo;**
- b) plano de inventário de potencial hidráulico, objetivando a geração hidroenergética e a navegação interior;**
- c) plano sinérgico de construção de barramentos, considerando a geração hidrelétrica e a navegação;**
- d) plano de adequação de canais de navegação em reservatórios a serem construídos;**
- e) plano de redemarcação dos terrenos reservados de que trata o artigo 14 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), em face dos reservatórios;**
- f) plano de construção de reservatórios de acumulação;**

2. Justificativa da substituição do artigo 2º:

O planejamento integrado que se almeja é entre a geração hidrelétrica e a navegação, não entre a União e os estados.

É certo que navegação é competência da União e dos estados e que articulação entre esses entes deve haver, mas dentro dos princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação de que trata o inciso XXI do artigo 21 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, não na virtual lei em comento.

É extremamente ilógico se planejar a utilização dos rios para navegação, definindo locais para construção de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, sem se considerar o aproveitamento desses rios para geração hidrelétrica, pois o desperdício de tempo e recursos é patente.

~~Art. 3º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:~~

~~“Art. 13-A — A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União é condicionada à prévia avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.~~

~~§ 1º A responsabilidade pela avaliação a que se refere o caput será definida no processo de concessão do serviço público que der origem à demanda da construção da barragem.~~

**Assunto:**

Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Outros dados:

Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).

~~§ 2º No caso de ser comprovada a viabilidade, a construção da barragem deverá ser feita de forma compatível com a implantação simultânea, ou posterior, da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.~~

~~§ 3º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.~~

~~§ 4º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:~~

~~I – cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.~~

~~II – cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.~~

~~§ 5º Não se aplica o disposto no caput:~~

~~I – aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995;~~

~~II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.” (NR)~~


Os bens de uso comum do povo não admitem utilização exclusiva, ou seja, um uso não pode turbar outro uso do mesmo bem.

Assim, como o artigo 13 da Lei n.º 9.433/1997 já incorpora essa filosofia e como se propugna pela adoção do planejamento integrado, **não há objetividade no artigo 13-A, como proposto, e na maioria de seus parágrafos.**

Os comentários abaixo demonstram a inconveniência de alguns dos parágrafos do artigo 13-A, como proposto:

2.1. Justificativa adicional para a exclusão do § 1º:

~~§ 1º A responsabilidade pela avaliação a que se refere o caput será definida no processo de concessão do serviço público que der origem à demanda da construção da barragem.~~

	Ministério dos Transportes	folha n.º 5/ 10
	Assunto: Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.	
Outros dados: Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).		

Os potenciais hidráulicos são bens públicos dominicais da União. Há concessão, autorização e simples registro no uso desses bens por particulares.

Não se pode confundir concessão de uso de bem público com concessão de serviço público, pois, consoante o artigo 175 da CRFB, os serviços públicos só podem ser outorgados por concessão ou permissão.

Há barragens hidrelétricas que geram energia para uso exclusivamente privado, é bom que se registre.

2.2. Justificativa adicional para a exclusão do § 3º:

~~§ 3º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.~~

A navegação usa os rios longitudinalmente, diferentemente dos demais usos da água, que os utilizam pontualmente. Daí a sabedoria da Lei n.º 9.433/1997 em preservar a navegabilidade, considerando que um uso de recurso hídrico não pode turbar os outros.

Se um particular construir uma barragem em um rio plenamente navegável, como o rio Amazonas, esse particular é quem deve prover esse barramento de um sistema de transposição hidroviária de níveis, e operá-lo, em ação de mitigação dos efeitos da existência do próprio barramento.

Tratar-se-á de mitigação da turbção do direito de navegar, não mitigação ambiental, é bom que se frise.

A navegação de um rio plenamente navegável, que já seria onerada com a construção de um sistema de transposição hidroviária de níveis, com o aumento dos tempos de viagem, não pode arcar com o ônus da mitigação em tela, beneficiando o barrageiro.

2.3. Justificativa adicional para a exclusão do § 5º:

~~§ 5º Não se aplica o disposto no caput:~~

~~I — aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995;~~

~~II — aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.~~

Não há coerência em se excepcionar apenas os aproveitamentos hidroenergéticos cujo potencial seja menor ou igual a 50 MW. Existirá uma relativa injustiça, pois:

**Assunto:**

Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Outros dados:

Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).

- ◆ Um aproveitamento hidroenergético de potencial hidráulico inferior a 50 MW pode ser um grande obstáculo à navegação, dependendo do rio em que se inserir;
- ◆ Barragens para outros usos que não a geração hidroenergética, situadas em um mesmo rio, poderão ter alturas maiores do que barragens hidrelétricas de potencial hidráulico menor ou igual a 50 MW;
- ◆ A Lei n.º 9.433/1997 é uma lei de comando constitucional que trata de recursos hídricos. Ela não pode dar tratamento diferenciado para um uso da água.

~~Art. 4º A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pelo poder público do ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.~~

Art. 4º - As eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, quando houver aproveitamento de potencial hidráulico a ser outorgado por concessão, serão construídos pelo empreendedor energético, que as operará e manterão, na qualidade de outorgado da União nessas competências.

§ 1º - O licenciamento ambiental do empreendimento hidroenergético far-se-á em conjunto com o das eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis;

§ 2º - As licitações para outorgas de potencial hidráulico poderão prever aporte de recursos do Tesouro Nacional para custeio das eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, devendo o julgamento da melhor proposta considerar a exigência de menor aporte de recursos para esse fim com os outros critérios de julgamento.

§ 3º - Todos os aproveitamentos de potencial hidráulico, mesmo os de pequena potência, deverão obedecer ao programa de que trata o § 3º do artigo 2º desta lei.

§ 4º - As operações e manutenções das eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis far-se-ão sob orientação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, autarquia especial federal vinculada ao Ministério dos Transportes

~~Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:~~

~~I— ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço de geração de eletricidade, em contrato único de concessão; ou~~

~~II— ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou~~

~~III— ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.~~

**Assunto:**

Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Outros dados:

Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).

~~§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.~~

~~§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão.~~

~~§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 3º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.~~

~~§ 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sempre sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.~~

~~§ 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.~~

Art. 5º - Os barramentos que não sejam os de que trata o artigo 4º desta lei e os barramentos específicos para navegação deverão se processar sem prejuízo desta, arcando seus construtores com a construção, operação e manutenção de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, se tais barramentos se derem em rios navegáveis.

§ 1º Deverão ser obedecidos os programa de ação integrada de cada bacia hidrográfica.

§ 2º Os custos a serem arcados pelos construtores dos barramentos federais de que trata este artigo irão até o limite da navegação existente ou possível em corrente livre, devendo os custos adicionais ser arcados pelo Tesouro.

Art. 6º - As eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, quando não houver aproveitamento de potencial hidráulico a ser outorgado por concessão em rio não navegável, serão construídos e operados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes.

~~Art. 6º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:~~



Ministério dos Transportes

folha n.º

8/ 10

Assunto:

Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Outros dados:

Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).

"Art. 4º

~~"XIX — determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características." (NR)~~

Art. 7º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subseqüentes:

~~"Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:~~

~~V — publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovi-
as situadas em cursos de água de domínio da União;" (NR)~~


Art. 8º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:

~~"Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:~~

~~IV — administrar, diretamente ou por meio de convênios de dele-
gação ou cooperação, os programas de operação, manutenção,
conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias
navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposi-
ção de níveis em hidrovi-
as situadas em cursos de água de domí-
nio da União, e terminais e instalações portuárias;~~

~~V — gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delega-
ção ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação
de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros
dispositivos de transposição de níveis em hidrovi-
as situadas em
cursos de água de domínio da União, terminais e instalações por-
tuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministé-
rio dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da Uni-
ão;~~

~~....." (NR)~~

	Ministério dos Transportes	folha n.º 9/ 10
	Assunto: Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.	
Outros dados:	Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).	

~~Art. 9º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante que proporcione:~~

~~I — em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;~~

~~II — em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.~~

Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva.

Parágrafo único, além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.


Art. 11. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais federais e estaduais.

§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:

I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna do cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento;

II – o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em ambos os períodos.

§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será con-

	Ministério dos Transportes	folha n.º 10/ 10
	Assunto: Emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3009-B, de 1997, que foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.	
Outros dados: Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, Grupo de Trabalho sobre Eclusas (GT-ECLUSAS).		

dicionada:

I - à aprovação, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

~~II - à emissão de parecer, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.~~

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:

I - à suspensão das licenças ambientais dos empreendimentos correspondentes;

II - ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;

III - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

IV - à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Brasília, DF, terça-feira, 04 de agosto de 2009.

Fred Crawford Prado
Especialista em Infraestrutura Sênior